Alterações climáticas vão custar 4,6 bilhões de euros por ano até 2070

6 de Outubro, 2020

Sem mudanças na economia mundial e redução de emissão de gases, as alterações climáticas vão custar 4,6 bilhões de euros por ano até 2070, aumentando cada vez mais a partir daí, segundo um relatório divulgado esta segunda-feira.

O relatório, ao qual a agência Lusa teve acesso, é da responsabilidade da organização Carbon Disclosure Project (CDP) – que tem sede no Reino Unido e apoia empresas e cidades na divulgação dos impactos ambientais – e da “University College London” (UCL), uma universidade pública também do Reino Unido.

As duas entidades criaram modelos sobre os custos médios dos danos globais provocados pelas alterações climáticas se nada for feito para as mitigar (num cenário “business as usual”), estimando que até ao ano 2200 elas possam chegar ao custo astronómico de 26,4 bilhões de euros (26,4 milhões de milhões) em cada ano.

Os danos causados pelas alterações climáticas, segundo o documento a que a Lusa teve acesso, levarão a uma redução de 10% da taxa de crescimento do PIB mundial até 2050 e de 25% até 2100.

Num cenário em que os países cumpram as metas do Acordo de Paris sobre redução de emissões de gases com efeito de estufa – que pretende limitar o aumento global da temperatura a dois graus celsius (e preferencialmente 1,5 graus) acima da média da época pré-industrial -, as alterações climáticas terão ainda assim um custo anual que atingirá 1,5 bilhões de euros em 2070.

Sem medidas para conter o aquecimento global, o relatório mostra que os custos das alterações climáticas serão três vezes superiores, passando de 1,5 bilhões de euros para 4,6 bilhões de euros por ano, e que no próximo século podem mesmo ser 17 vezes superiores.

Conter as alterações climáticas também tem um custo, mas mesmo assim será menos elevado, calculando os autores do relatório que atinja um pico de 5,9 bilhões de euros por ano até 2050. Os autores do documento notam que há um reconhecimento crescente dos efeitos que as alterações climáticas têm no crescimento económico mundial a longo prazo, mas acrescentam que têm sido limitadas as tentativas para incorporar os riscos relacionados com o clima nos principais indicadores macroeconómicos. Esse impacto, explicam, é difícil de captar.

O relatório, intitulado “Costing the Earth – Climate Damage Costs and GDP”, utiliza três modelos para chegar aos números e traça dois cenários de longo prazo, um com um aumento das temperaturas de 2°C, alinhado com o Acordo de Paris, e outro baseado no “business as usual” que implica um aumento da temperatura de 4,4°C até ao final do presente século.

Num cenário em que não se tomam medidas para reduzir as emissões de gases com efeito de estufa os custos dos danos causados pelas alterações climáticas são muito mais elevados, incluindo danos ambientais. Se ao contrário se investir em ações de mitigação os custos serão mais baixos e terão um pico em 2070, mas mesmo assim a um nível muito inferior, segundo o documento.

Os autores salientam a importância de ter em conta os impactos climáticos no PIB e de compreender as diferenças regionais e setoriais no que respeita aos efeitos da mudança no clima. E falam em “impactos negativos significativos” na agricultura de regiões como a Índia ou o continente africano, ao contrário do que se deve passar com as regiões temperadas, que vão beneficiar.

“O impacto das alterações climáticas no PIB varia significativamente entre regiões, sendo as economias em desenvolvimento como a Índia as que mais sofrem. Dada a escala potencial dos custos dos danos e as implicações para a perturbação do sistema global, os agentes económicos não podem simplesmente esperar que sejam postas em prática as políticas reguladoras corretas. Os decisores políticos, as empresas e o sistema financeiro, que serão afetados, devem ser proativos no investimento em mitigação e adaptação para evitar estes elevados prejuízos”, disse, citada no documento, Carole Feerguson, chefe de investigação do CDP.

O CDP é uma organização sem fins lucrativos que procura que empresas e governos reduzam as emissões de gases com efeito de estufa, salvaguardem os recursos hídricos e protejam as florestas. No ano passado mais de 8.400 empresas e 920 cidades, estados e regiões divulgaram dados ambientais através do CDP.

A UCL, com mais de 200 anos, é considerada das melhores universidades do mundo e em vários rankings aparece entre as 10 primeiras.